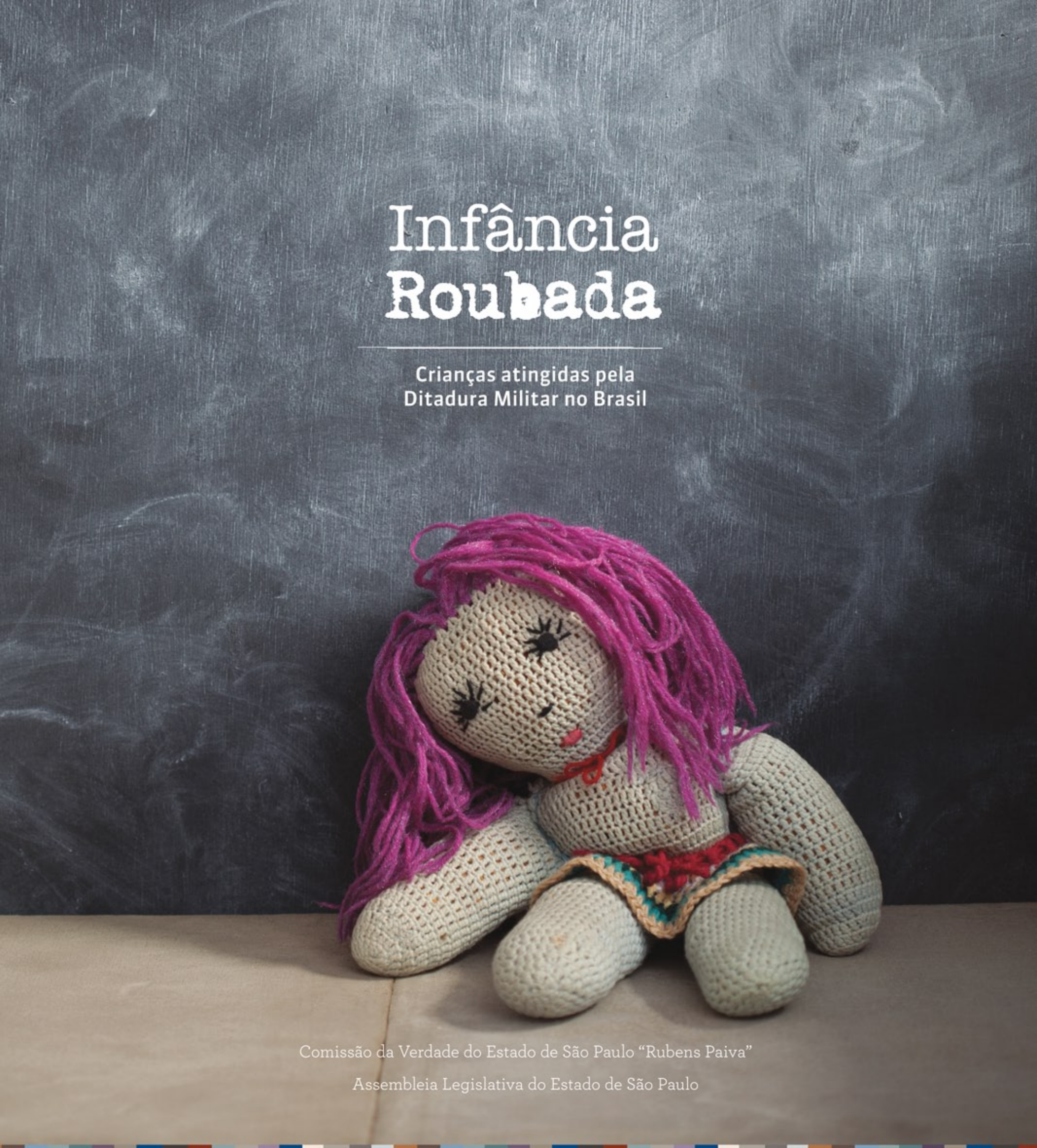
Infância Roubada

Crianças atingidas pela
Ditadura Militar no Brasil



Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva"

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Infância Roubada

Crianças atingidas pela
Ditadura Militar no Brasil

Assembleia Legistativa do Estado de São Paulo

17ª Legislatura

Samuel Moreira – Presidente
Enio Tatto – 1° Secretário
Edmir Chedid – 2° Secretário

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva"

Membros efetivos

Adriano Diogo (PT) - Presidente
Marcos Zerbini (PSDB)
André Soares (DEM)
Ed Thomas (PSB)
Ulysses Tassinari (PV)

Suplentes

João Paulo Rillo (PT)
Mauro Bragato (PSDB)
Estevam Galvão (DEM)
Orlando Bolçone (PSB)
Regina Gonçalves (PV)

Assessoria

Amelinha Teles
Ivan Seixas
Renan Quinalha
Ricardo Kobayaski
Thaís Barreto
Tatiana Merlino
Vivian Mendes

Coordenação e produção editorial: Tatiana Merlino
Preparação: Ricardo Kobayaski
Produção: Vivian Mendes e Tatiana Merlino
Pós-Produção: Renan Quinalha e Vivian Mendes
Edição de arte e diagramação: Camila Sipahi Pires
Pesquisa iconográfica: Camila Sipahi Pires e Tatiana Merlino
Tratamento de Imagens: Camila Sipahi Pires e Thais Cechini
Revisão: Pádua Fernandes e Ricardo Kobayaski
Foto de capa: Sheila Oliveira
Imagens: Arquivo Público do Estado de São Paulo, acervo pessoal, Douglas Mansur, Revista Brasileiros

São Paulo (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva"
Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. / Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo : ALESP, 2014.
316 p.

ISBN

1. Ditadura militar

CDU 321.86(81)

1ª edição

São Paulo, 2014

Infância Roubada

Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo
RUBENS PAIVA

Sumário

Prefácio
Samuel Moreira
9

Apresentação
Adriano Diogo
11

Introdução
Amelinha Teles
13

Filho do Zorro
Andre Almeida Cunha Arantes
22

Identidade, nome e o paradoxo da liberdade
Priscila Almeida Cunha Arantes
26

A felicidade interrompida da "menina ruim"
Rita de Cássia Resende
36

"Por que você é tão tristinha?"
Marta Nehring
42

"Vivi intensamente o exílio..."
Carlos Eduardo Ibrahin
50

"O exílio do meu pai foi a nossa despedida"
Suely Coqueiro
56

"Faria tudo igual a ele"
Célia Coqueiro
62

Adotados pela Revolução Cubana
Virgílio Gomes da Silva Filho
74

A inocência perdida
Ângela Telma Oliveira Lucena
82

Infância resgatada
Adilson Lucena
86

Palavras presas
Denise Oliveira Lucena
89

Condenado à morte
Ariston Oliveira Lucena
90

Duas pátrias, duas mães
Ñasaindy Barrett de Araújo
100

O novo arrimo de família
Jaime M. Sobrinho
104

Adolescência perdida
Edson L. Martinelli
107

Amor silenciado
Rosa M. Martinelli
109

"Que um dia ninguém mais pense assim"
Dora A. Rodrigues Mukudai
120

"Até hoje sou uma pessoa completamente sem identidade"
Zuleide Aparecida do Nascimento
128

"Fomos levados para o DOPS. Até hoje é doloroso"
Luis Carlos Max do Nascimento
134

"Los niños nacen para ser felices"
Ernesto C. Dias do Nascimento
138

A lua de Leta
Leta Vieira de Sousa
152

O testemunho do que eu sei, li, vi...
Maria Eliana Facciolla Paiva
160

"Sou Ernesto Guevara, sou filho de guerrilheiro" 170
Ernesto José Carvalho

O ídolo que não tinha rosto 178
Irineu A. de Seixas

"A ditadura nos forçou a virar soldados" 182
Ivan A. de Seixas

Saudade é ser depois de ter 192
Iara e Isabel Lobo

"Tive muita dificuldade com a expressão dos meus sentimentos" 196
Paulo de Miranda Sipahi Pires

"O sequestro da minha memória" 200
Camila Sipahi Pires

"Ainda hoje não se dão conta do que significou..." 212
Aritanã Dantas

"Filho dessa raça não deve nascer" 216
Paulo Fonteles Filho

Crime: ser filho de resistente 222
André de Santa Cruz Leite

O bêbe que a ditadura separou da mãe 228
José Paulo De Luca Ramos

"Seu pai não era um ladrão, era um herói" 234
Grenaldo Edmundo Mesut

Três gerações de militância 242
Cecília Capistrano Bacha

"Cuide da mãe que um dia eu volto para te buscar" 248
Clóvis Petit

"Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe?" 256
Edson Teles

"Dói gostar dos outros" 260
Janaína Teles

A história que o menino não queria ouvir a mãe contar 270
João Carlos Grabois

A bêbe sequestrada 278
Carmen S. Nakasu de Souza

Reconstruindo Gildo 284
Tessa Moura Lacerda

"Não tem luto. São vazios" 292
Igor Grabois Olímpio

"Ele lutou muito..." 300
Carlos Alexandre Azevedo

"Sou a prova de que mesmo na guerra..." 304
Lia Cecília da Silva Martins

Lembranças 308
Valter Pomar

Prefácio

Este livro representa o cumprimento de um compromisso da Democracia Brasileira com uma geração pouco conhecida, formada por crianças e adolescentes filhos de perseguidos políticos e desaparecidos durante o período autoritário, de 1964 a 1985. Seus pais sumiram de uma hora para outra. A espera durou uma noite, duas, um mês, um ano ou mais. Ninguém sabia quando, e se, voltariam. Mesmo com tantas dúvidas, não deveriam comentar nada com ninguém.

Cresceram à sombra do medo, angustiados pela incerteza e expectativa de reaparecimento do pai ou da mãe ou de ambos. Viveram dias, meses, e depois, anos à espera deles. Privados de brincar com os pais, passear, ter um almoço em família ou receber ajuda numa lição. Muitos tiveram a vida consumida por esta dúvida, sem que afinal tivessem direito sequer a um esclarecimento oficial sobre o destino de seus pais, um processo que deixaria marcas indeléveis.

O livro traz um olhar diferenciado sobre o período ditatorial no Brasil. É o olhar das crianças que tiveram sua Infância Roubada. Como uma geração de brasileiros, eles cresceram em um período de graves violações de direitos humanos e agressões ao direito da cidadania. Mas receberam marcas profundas e particulares. Não tinham responsabilidade pelas opções políticas dos pais nem pela situação do país. Seus relatos, sempre emocionados, traduzem o que conseguiam compreender daqueles dias tão difíceis para o país e para suas vidas.

Os depoimentos foram colhidos pela Comissão da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, num trabalho marcado por desafios incomuns. A começar pela sensibilização dos depoentes a falar, em sessões públicas, de momentos dolorosos, que muitos preferiam esquecer. Deixá-los à vontade para "abrir o baú de lembranças" foi, com toda certeza, um exercício de sensibilidade e paciência, importante não só pelo respeito a eles devido por todos, mas também para que os depoimentos pudessem ser compartilhados com outras pessoas e gerações.

Este livro tem exatamente esta aspiração: oferecer uma nova fonte de consulta, reflexão, divulgação e conhecimento sobre o período autoritário. Com este trabalho, o Poder Legislativo Paulista espera contribuir para aprofundar a compreensão tanto do cidadão comum, como da sociedade civil, governos, instituições, organizações sociais, academia, historiadores e estudiosos em geral.

A construção da Democracia Brasileira é um processo permanente e vivo, que precisa ser continuamente semeado. Para que as liberdades duramente conquistadas sejam apropriadas por toda a população.

O conhecimento sobre o passado é capaz de iluminar o presente e abrir caminho para um futuro em que os direitos sejam respeitados e os deveres cumpridos por todos. O olhar daquelas crianças aponta na direção do fortalecimento do Estado de Direito Democrático e da construção de uma cultura de total respeito aos Direitos Humanos.

Deputado Estadual Samuel Moreira
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Apresentação

Esta obra é resultado do ciclo de audiências "Verdade e Infância Roubada", realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" entre 6 e 20 de maio de 2013. Na ocasião, foram ouvidos cerca de 40 testemunhos de filhos de presos políticos, perseguidos e desaparecidos da ditadura. Hoje, adultos na faixa de 40, 50 anos, cujas histórias ainda não haviam sido contadas. Os depoimentos foram marcados por lembranças da prisão, do exílio, do desamparo, de questionamentos em relação às suas identidades, de medo, insegurança, isolamento, solidão e vazio que, em muitos casos, são traumas não superados.

Eles foram sequestrados e escondidos em centros clandestinos de repressão política da ditadura militar brasileira (1964 – 1985). Afastados de seus pais e suas famílias ainda crianças, foram enquadrados como "elementos" subversivos pelos órgãos repressivos e banidos do país. Foram obrigados a morar com parentes distantes, a viver com nomes e sobrenomes falsos, impedidos de conviver, crescer e conhecer os nomes verdadeiros de seus pais. Foram, enfim, privados do cuidado paterno e materno no momento mais decisivo e de maior necessidade, que é justamente a infância.

Levados aos cárceres da ditadura militar, foram confrontados com seus pais, nus, machucados, recém-saídos do pau de arara ou da cadeira do dragão. Foram encapuzados, intimidados, torturados antes mesmo de nascer. Filhos de guerrilheiros que hoje estão desaparecidos nasceram em prisões e cativeiros. Sofreram torturas físicas e psicológicas, como Carlos Alexandre Azevedo, que com 1 ano e 8 meses apanhou e foi levado ao Dops. Anos depois, em fevereiro de 2013, aos 39 anos, não aguentou mais as dores da vida e se suicidou.

Passados quase 30 anos do fim da ditadura, num país onde a transição para a democracia segue inconclusa, onde ainda há corpos insepultos, arquivos não abertos, histórias não contadas e uma Comissão da Verdade tardia, o acolhimento de testemunhos de filhos de ex-presos políticos é fundamental para se ter um panorama da perversidade do aparato implantado pelo Estado de exceção.

A obra nasce dessa necessidade que a Comissão da Verdade de São Paulo "Rubens Paiva" sente em colocar luz sobre a dimensão da violência cometida pela ditadura. Se o inventário de violações de direitos humanos que nos foi legado do regime de 1964 é extenso e profundo, fato é que esse capítulo das violências contra crianças e adolescentes é uma das faces mais perversas desse poder repressor. São crimes contra a humanidade que devem ser apurados com a devida punição dos responsáveis.

Durante esse ciclo de audiências públicas, nem todos os convidados conseguiram comparecer. Às vezes, chegaram a confirmar, mas não apareceram. Alguns vieram, mas tiveram dificuldade de falar sobre o assunto. Assim, na obra, há, também, outros testemunhos, colhidos por escrito ou por meio de entrevistas. O livro conta também com dezenas de fotografias da época que ilustram todos os testemunhos. São imagens obtidas por meio de extensa pesquisa iconográfica em arquivos pessoais, familiares, internet e acervos públicos.

Esperamos que esta publicação, que o leitor tem em suas mãos, contribua para o momento privilegiado de nossa história, no qual a busca pela verdade, memória e justiça em relação ao período da ditadura se torna fundamental para o fortalecimento de nossa incipiente democracia. Só assim poderemos garantir um futuro melhor às novas gerações de crianças e adolescentes de nosso país.

Deputado Estadual Adriano Diogo
Presidente da Comissão da Verdade do Estado
de São Paulo "Rubens Paiva"

Introdução

por Amelinha Teles

1. Mulheres e crianças inimigas do Estado

... Talvez uns cinco homens me torturaram. Eu nunca mais voltei a ser a mesma... [...] Não há palavras para explicar [...] Estou tentando agora superar [...] Quando me sequestraram, meu filho tinha 10 meses. Fazia pouco tempo que tinha deixado de amamentar. Quando sai da prisão, meu filho tinha 2 anos. No momento em que se pôs de pé, perdeu os pais: eu fui sequestrada e o pai foi assassinado...

Teresa Meschiatti, *"Tina", guerrilheira da Argentina*

A Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo realizou uma série de audiências em que crianças, que sofreram nas mãos da repressão política da ditadura, direta ou indiretamente, puderam relatar suas experiências e como conseguiram enfrentar e superar tamanha truculência. Assim, o trabalho que ora apresentamos visa dar conta dos relatos dessas pessoas que eram crianças à época da ditadura e da importância desses depoimentos para a construção da verdade e da justiça. No entanto, como falar das crianças sequestradas, abandonadas, torturadas ou nascidas nos centros clandestinos da repressão sem considerar a questão das mulheres, militantes mães e das mães não militantes, que por sua vez eram companheiras de militantes políticos. Isso porque não houve crianças atingidas pelo aparato repressivo que não estivessem vivendo com suas mães militantes e, via de regra, tinham um forte vínculo com as suas mães, sejam militantes ou não. Suas mães de alguma forma foram perseguidas, presas, sequestradas, assassinadas/desaparecidas pela ditadura e seus agentes. Ora, as crianças dependem dos adultos para serem cuidadas, limpas, alimentadas e precisam de atenção, de amor e devem ser socialmente introduzidas junto a outras crianças e outros adultos para crescerem em afetividade, dignidade e cidadania. Essas atividades têm sido historicamente de responsabilidade das mulheres embora estas tenham convocado os homens para assumirem também essas tarefas, dividindo-as igualitariamente, tanto no âmbito doméstico como em relação aos cuidados. Tais fatos, ainda que falte muito da presença dos homens, vêm concorrendo para fortalecer e melhorar a vida em sociedade, seja para as mulheres, para os homens e, principalmente, para as crianças. Quando as crianças foram abruptamente arrancadas de suas mães, como ocorreu com o emprego deliberado da truculência dos DOI-Codis que usaram de violência inclusive contra as crianças, elas perderam tudo isso de uma vez só: a segurança afetiva e os cuidados mínimos, o que as marcou profundamente por toda a vida. Cada uma teve ou tem ainda que lidar com essa ferida, que muitas vezes sangra, incomoda. Todo esse sofrimento das crianças foi também usado como forma de torturar as mães militantes ou mães não militantes. Assim, neste capítulo devemos ressaltar que é impossível falar das crianças sem tratar do quanto as mães, militantes ou não, foram afetadas por tudo isso que aconteceu no Brasil, durante a ditadura.

A ditadura militar (1964–1985) acarretou radical mudança na política brasileira e nos países da região que acabaram também por implantar ditaduras similares. A repressão atingiu as forças populares organizadas, sobretudo sindicalistas, camponeses, estudantes, professores, intelectuais e artistas. Um número incalculável foi preso, exilado ou passou a viver na clandestinidade. A Editora Vozes publicou[2] , em 1988, o livro *Perfil dos Atingidos*, organizado a partir de

estudos baseados nos processos da Justiça Militar, movidos contra presos políticos. Das 7.367 pessoas processadas, 88% eram homens e 12% mulheres. Estudo feito em 1970, pelo Estado Maior do Exército, a partir de um levantamento dos presos que se encontravam à disposição do Exército em todo o território nacional, chegou a um total de mais de quinhentas pessoas: 56% eram estudantes ou haviam deixado recentemente a atividade estudantil. A idade, em média, era de 23 anos. Do total de presos, 20% eram mulheres, sendo que no Rio de Janeiro a porcentagem de mulheres atingia 26%, no Nordeste 11% e no Sul não era mais do que 2%. O *Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos* apresenta um total de 437 militantes mortos e desaparecidos, sendo que 11% são mulheres. Na região do Araguaia existiram pelo menos setenta guerrilheiros desaparecidos, dos quais doze são mulheres, ou seja, 17%.

De qualquer forma, a participação de mulheres não pode ser considerada desprezível nem na época, e muito menos se comparada aos dias atuais. Ainda hoje, com os resultados eleitorais de 2012, as mulheres estão sub-representadas na política. Na Câmara de Deputados são apenas 9%, no Senado 10% e nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo as vereadoras somam 15% e 10% respectivamente. No Brasil ainda prevalece uma mentalidade de que política é coisa de homem. Nesse diapasão, imagine como era tratada a participação de mulheres nos subterrâneos clandestinos da política, nas décadas de 1960/1970. Segundo o relatório da Inter-Parliamentary Union – organização que reúne os parlamentos de 162 países, o Brasil ocupa, no ranking de 190 países, o 119º posto em relação à participação das mulheres na política. O Brasil tem partidos políticos sexistas que não oferecem condições mínimas para a participação das mulheres, embora tenhamos uma mulher de esquerda, militante na luta de resistência à ditadura, na Presidência da República, Dilma Rousseff.

Quando se olha para o movimento de resistência à ditadura, não existe uma estimativa de quantas militantes eram mães ou foram sequestradas grávidas. Mas houve militantes políticas, mães e/ou grávidas que foram sequestradas, torturadas, bem como crianças que também sofreram os efeitos perversos da atuação dos órgãos públicos voltados para a repressão política – Soledad Viedma Barret (1945 – 1973)[3] foi assassinada durante o episódio conhecido como Massacre da Chácara São Bento, em Recife (PE). Suspeita-se de que estivesse grávida na ocasião de sua morte. Mas ela teve uma filha antes, Ñasaindy, que na época estava com um ano e oito meses. A filha de Soledad não conheceu a mãe ou não se lembra, por conta da tenra idade. Mais, igualmente não conheceu o pai, José Maria Ferreira de Araujo, assassinado (e desaparecido) no DOI-CODI/SP, em 23 de setembro de 1970. De acordo com Elio Gaspari, no livro *A Ditadura Escancarada*[4], "[...] a mitológica Dina (Dinalva Oliveira Teixeira: 1945–1974) foi assassinada grávida. Ela estava sob o controle do major Curió [do Exército]". Esses são exemplos, outros apresentamos mais à frente, cujos números são incalculáveis, que mostram como a infâmia da ditadura atingiu crianças, roubando-lhes a infância inclusive ao se abater sobre suas mães.

Muitas das crianças que aqui tratamos, filhas de militantes políticas(os) sequestradas(os), foram mantidas em cárceres clandestinos, nascidas em cativeiros, torturadas ou ameaçadas de serem submetidas a torturas, algumas foram arrancadas dos braços de suas mães, impedidas de serem amamentadas e afagadas, outras chegaram a ser torturadas mesmo antes de nascer, ou assistiram às torturas em seus pais ou, então, viram os pais serem assassinados. Quase todas eram filhas e filhos de mulheres militantes políticas.

Crianças também nasceram em cativeiro. Lia Cecília foi uma delas. Hoje com 39 anos, nascida em 1974, na região da guerrilha do Araguaia, filha de um guerrilheiro do Araguaia, desaparecido, Antonio Teodoro de Castro (1945–1974), que era conhecido na área da guerrilha como *Raul*. Sobre sua mãe, não há nenhuma informação, mas encontra-se desaparecida desde aquela época. Teria Lia nascido no cativeiro e seus pais mortos em seguida? Haveria outras crianças da região do Araguaia com história semelhante à de Lia? Haveria outras crianças nascidas nos campos de concentração, criados pelos militares, na região da guerrilha? São perguntas para as quais até hoje não há respostas. São situações que não foram devidamente esclarecidas. Cabe ao Estado brasileiro esclarecer esses fatos.

Algumas crianças puderam ir com suas mães para o exílio, mas houve aquelas cujas mães partiram sozinhas sem que seus filhos pudessem ir por questões econômicas ou de segurança. É o caso de Ieda Reis, guerrilheira da VAR-Palmares. Ela ficou exilada durante dez anos logo após ter seu filho, que só veio conhecer quando ele já estava com 10 anos de idade, no momento em que ela retornou ao Brasil. Ambos tiveram que passar por um doloroso e inconcluso processo de reconhecimento e convivência. Por um longo tempo, um olhava para o outro e não sabia o que dizer, o que fazer.

Outras crianças nunca conheceram os pais, por exemplo, Vanúsia, nascida na clandestinidade, em 27 de agosto de 1969, filha de Ranúsia Alves Rodrigues (1945–1973) , guerrilheira, presa, torturada e assassinada, cujos restos mortais nunca foram entregues a seus parentes. Vanúsia foi criada por duas mulheres que moravam na comunidade da Mangueira, na cidade de Recife (PE). Somente aos 23 anos viu uma foto da mãe, publicada no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos*. Igualmente as meninas Isabel e Iara não souberam de seus pais quando vivos; à época do assassinato do pai, Raimundo Gonçalves Figueiredo (1939–1971), em 28 abril de 1971, tinham respectivamente 2 anos e 1 ano de idade. Um ano depois foi assassinada a mãe delas, Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo (1938–1972), em 29 de março de 1972. Elas não têm lembranças concretas de seus pais, procuram preencher as lacunas das memórias afetivas ouvindo relatos de parentes e militantes da época.

O absurdo da ditadura produziu, ainda, o absurdo de prender e banir crianças, fichando-as como subversivas, considerado-as "perigosas à segurança nacional'. Elas cresceram e se formaram fora do país. É o caso dos meninos criados pela "tia" Tercina Dias de Oliveira, militante do movimento guerrilheiro na área do Vale da Ribeira (SP): Ernesto Carlos Nascimento (nascido em 1968), aos 2 anos de idade foi preso, em 1970, pelos agentes do DOPS, em São Paulo; Zuleide Aparecida do Nascimento (nascida em 1965) estava com 4 anos e 10 meses; Luis Carlos Max do Nascimento, irmão de Zuleide, nascido em 1963, com 6 anos e 7 meses de idade; e Samuel Dias de Oliveira tinha quase 9 anos. Todos foram banidos do Brasil sob alegação de que eram elementos perigosos e inimigos do Estado.

Não apenas adultos, mas também crianças foram sequestradas e ficaram nas dependências dos centros de tortura onde seus pais e outros presos eram torturados e seviciados. Como, por

[1] Marta Diana. *Mujeres Guerrilleras: Sus Testimonios en la militancia de los setenta*, Editora Booket, Buenos Aires, 2007, p.44. Tradução livre.
[2] Maria Amélia de Almeida Teles, *Breve História do Feminismo no Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1993, p.64.
[3] *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos (1964-1985)*, Imprensa Oficial, São Paulo, 2009, p. 413.
[4] *Idem*, p. 583.

exemplo, os irmãos Janaína e Edson Teles, de 5 e 4 anos de idade, que estiveram por vários dias no DOI-CODI/SP e num centro clandestino da repressão, em São Paulo, onde ouviam os gritos de tortura de seus pais e de outros presos que ali se encontravam.

Houve crianças que foram torturadas para forçar seus pais a denunciarem outros companheiros. Gino Ghilardini, à época, com 8 anos de idade, filho de Luis Ghilardini (1920–1973), comunista assassinado sob torturas no DOI-CODI/RJ, foi preso juntamente com a mãe, Orandina. Ambos foram torturados. O menino Gino conta que era violentado para o pai falar o que sabia: "Eu ouvia meu pai ali perto gemendo, eu escutava, mas não podia fazer nada". Passados uns dias, Gino foi encaminhado e ficou durante vários meses na Fundação Nacional do Menor no Rio de Janeiro.

Pais foram assassinados diante de suas crianças, tal qual ocorreu com a família Lucena. Antonio Raimundo Lucena (1922 – 1970) foi assassinado em 20 de fevereiro de 1970 na frente de seus filhos de 3 e 6 anos, respectivamente. O filho mais velho, de 18 anos, estava sequestrado e sofria torturas no DOI-CODI/SP. Sua esposa, Damaris Lucena, foi presa, torturada e banida do país juntamente com os filhos pequenos.

Houve crianças cujas mães foram sequestradas por serem esposas de militantes comunistas. Assim aconteceu com Marilda, esposa do militante comunista Carlos Nicolau Danielli (1929 – 1972), assassinado sob torturas no DOI-CODI/SP. Ela foi sequestrada e seus filhos, Vladimir, Valdenir e Vladir, com 9, 7 e 6 anos de idade, sofreram muito por se sentirem sozinhos e abandonados. O mesmo aconteceu com a esposa de Rafael Martinelli, dirigente do movimento sindical. Enquanto ele foi perseguido e sequestrado pelos agentes da repressão, ela foi levada para as dependências do DOI-CODI, do jeito como costumava ficar em sua casa, descalça. A esposa de Martinelli não tinha nenhuma participação política. Mas seus três filhos ficaram sós e abandonados enquanto ela estava submetida aos interrogatórios e torturas naquele órgão.

Outro caso emblemático da violência da ditadura sobre as crianças é o dos filhos de Virgilio Gomes da Silva (1933 – 1969), militante da ALN – Ação Libertadora Nacional –, assassinado sob torturas pelo DOI-CODI/SP, sendo Virgílio um desaparecido político, pois seus restos mortais até hoje não foram entregues a seus familiares para um sepultamento digno. Os filhos de Virgílio eram crianças e foram presos com a mãe, que não era militante, Ilda Martins da Silva. Ilda foi interrogada, torturada e separada dos filhos:

> *"Eu não queria me separar deles de jeito nenhum, veio uma freira, pegou-os e os levou para o DOPS/SP. Eles ficaram dois dias lá e depois foram levados para o Juizado de Menores, onde permaneceram por dois meses. Isabel, a mais nova, era um bebê de 4 meses, foi hospitalizada e quase morreu. Eu fiquei presa por nove meses e estive incomunicável, não podia ver meus filhos ou saber deles. E eu não tinha participação política em nada".*

Muitas das crianças aqui tratadas se tornaram adultos atormentados, vítimas de um sofrimento mental permanente, devido à tamanha violência cometida contra eles. Não suportaram e acabaram morrendo. É o caso de Carlos Alexandre Azevedo (Cacá) que se matou aos 39 anos de idade. Filho de pai e mãe, militantes, Cacá, quando tinha 1 ano e 8 meses, teve sua casa invadida por policiais do DOPS/SP, no dia 15 de janeiro de 1974. Como começou a chorar, os policiais deram-lhe um soco na boca que começou a sangrar. Com o corte nos lábios, sangrando, foi levado para o DOPS/SP e passou por mais de 15 horas em poder dos homens da repressão. No DOPS/SP, os pais ouviram relatos de outros presos de que ele teria levado também choques elétricos. Mais tarde, o bebê foi entregue aos avós maternos, em São Bernardo do Campo (SP). Como disse o pai anos depois:

> *"Na verdade, em vez de entregue, ele foi jogado ao chão. Acabou com um machucado a mais na cabeça. Isso me foi contado. O certo é que ele ficou apavorado. E esse pavor tomou conta dele. Entendo que a morte dele foi o limite da angústia"*[7].

A ignomínia de crianças nascidas de estupros praticados por agentes do Estado existiu, ainda que não se toque nesse assunto, presas políticas foram insultadas em sua dignidade e violentadas nos chamados DOI-CODIs e outros centros de tortura. O silencio é permanente em torno da questão. As razões para o silêncio permanente que paira sobre o assunto são muitas: a profunda humilhação de ser uma mulher estuprada e ainda mãe de uma criança filha de um estupro cometido por torturadores. E a questão permanece interdita. Se ainda prevalece a ideia de que a palavra das mulheres não é crível nos dias de hoje, o que dizer naqueles anos de chumbo quando mulher era assunto proibido e considerado "subversivo". A revista *Realidade*, de janeiro de 1967, n. 10, teve sua edição especial dedicada à situação das mulheres apreendida pela censura. O jornal *Movimento*, n. 45, foi totalmente censurado, por realizar uma edição voltada para "O Trabalho da Mulher no Brasil". São exemplos mostrando que o fato de falar sobre as mulheres, revelando dados de sua realidade na família, no trabalho, na educação e na sociedade causava muita preocupação às autoridades militares que eram extremamente misóginas. Tanto é que é um dos ditadores (General Figueiredo, 1978-1985) chegou a dizer em público que: "... mulher e cavalo a gente só conhece quando monta".

Deve-se ressaltar, também, que a violência sexual acarreta consequências de longo prazo não só às vítimas como para todo o grupo social a que elas pertencem, inclusive pode levar à infertilidade.

Ainda nos dias atuais, as militantes que sobreviveram não se sentem fortalecidas e com garantias para denunciar os torturadores/estupradores e ver a apuração de tais crimes. Há uma ausência de ações políticas no sentido de oferecer oportunidade para uma narrativa pública sobre o estupro cometido dentro de órgãos policiais. Não vamos aqui descrever os casos, mas não podemos deixar de reconhecer sua existência. Registrar que houve o estupro como prática de tortura nos órgãos de repressão durante a ditadura militar é o começo para desvelar os horrores cometidos contra as mulheres durante a ditadura.

Embora desde o século XV, possam ser encontradas referências ao estupro como violação das normas relativas à guerra e passível de punição, o que ainda se constata são os grandes entraves para se fazer a denúncia desses crimes. Não há nenhuma política reparatória nesse sentido no Brasil[8].

---

[5] Idem, p.411.
[6] *Revista Brasileiros*, nº.68, março de 2013: "Subversivos: Acredite". "Estas crianças foram presas e banidas do Brasil. Mais de quarenta anos depois elas contam como sobreviveram. Há quem não tenha conseguido, quando meninos são fichados como terroristas", Luiza Villaméa, p.54.
[7] Idem, p.64, matéria de Luiza Villaméa.
[8] Adriana Sader Tescari, *Violência Sexual contra a Mulher em Situação de Conflito Armado*, Editora Sergio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 2005, p.38.

2. Denúncias de mulheres grávidas publicadas pelo projeto "Brasil Nunca Mais"

Muitas mulheres que, nas prisões brasileiras tiveram sua sexualidade conspurcada e os frutos do ventre arrancados, certamente preferiram calar-se, para que a vergonha suportada não caísse em domínio público. Hoje, no anonimato de um passado marcante, elas guardam em sigilo os vexames e as violações sofridas. No entanto, outras optaram por denunciar na Justiça Militar o que padeceram, ou tiveram seus casos relatados por maridos e companheiros.[9]

O projeto *Brasil Nunca Mais* consistiu na primeira pesquisa realizada a partir dos processos contra presos políticos transitados no Superior Tribunal Militar (STM) no período de abril de 1964 a 1979, sob a responsabilidade da Comissão de Justiça e Paz. O conteúdo do Projeto reuniu 707 processos completos e dezenas de outros incompletos num total de um milhão de documentos. O estudo desses processos e a sistematização das informações foram realizados de 1979 a 1985. No final dos trabalhos, foi publicado um livro com o nome *Brasil: Nunca Mais*, que reúne denúncias contidas nos autos dos processos de militantes políticos, mulheres e homens, nas auditorias militares, na época da ditadura militar.

Militantes ou esposas de militantes, grávidas, foram vitimas do aborto forçado, praticado por agentes policiais dos DOI-CODIs. Muitos desses abortamentos foram denunciados nas audiências da Justiça Militar. Eis o relato de alguns desses casos:

O auxiliar administrativo José Ayres Lopes, 27 anos, preso no Rio, declarou em 1972[10]: *"(...) que, por vezes, foram feitas chantagem com o depoente em relação à gravidez de sua esposa, para que o depoente admitisse as declarações, sob pena de colocar sua esposa em risco de aborto e, consequentemente, de vida; (...)".*

O estudante José Luiz de Araújo Saboya, de 23 anos, no Rio, denunciou: *"(...) que durante o período em que esteve no DOPS, em seguida no CODI, a sua esposa se encontrava em estado de gestação e permaneceu detida como elemento de coação moral sobre o interrogando; (...)".*

Helena Moreira Serra Azul, 22 anos, estudante, no Conselho de Justiça, em Recife (PE) , ao ser interrogada, relatou: *"(...) que o marido da interroganda ficou na sala já referida e ela ouviu, do lado de fora, barulho de pancadas; que, posteriormente, foi reconduzida à sala onde estava o seu marido, que se apresentava com as mãos inchadas, a face avermelhada, a coxa tremendo e com as costas sem poder encostar na cadeira; que o Dr. Moacir Sales, dirigindo-se à interroganda, disse que, se ela não falasse, ia acontecer o mesmo com ela; (...) na Delegacia, todos já sabiam que a interroganda estava em estado de gestação; (...)".*

Helena Mota Quintela, vendedora, 28 anos, em 1972, em Recife, denunciou: *"(...) que foi ameaçada de ter o seu filho 'arrancado à ponta de faca'; (...)".*

Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima, 25 anos, estudante, ao depor, relatou como se deu o nascimento de seu filho: *"(...) ao saber que a interroganda estava grávida, disse que o filho dessa raça não devia nascer; (...) que a 17.10 foi levada para prestar outro depoimento no CODI, mas foi suspenso e, no dia seguinte, por estar passando mal, foi transportada para o Hospital de Brasília; que chegou a ler o prontuário, por distração da enfermeira, constando do mesmo que foi internada em estado de profunda angústia e ameaça de parto prematuro; que a 20/2/1972 deu à luz e 24 horas após o parto, disseram-lhe que ia voltar para o PIC (Policia de Investigações Criminais); (...)."*

Maria José da Conceição Doyle, estudante de Medicina, em 1971, em Brasília: *"(...) que a interroganda estava grávida de 2 meses e perdeu a criança na prisão, embora não tenha sido torturada, mas sofreu ameaças; (...)".*

Maria Cristina Uslenghi Rizzi, 27 anos, secretária, denunciou à Justiça Militar de São Paulo: *"(...) sofreu sevícias, tendo, inclusive, um aborto provocado que lhe causou grande hemorragia, (...)".*

Olga D´Arc Pimentel, 22 anos, professora, em 1970, no Rio: *"(...) sevícias, as quais tiveram, como resultado, um aborto provocado que lhe causou grande hemorragia, (...)".*

Luíz Andréa Favero, 26 anos, professor, preso em Foz do Iguaçu, declarou na Auditoria Militar de Curitiba, em 1970, o que ocorrera a sua esposa: *"(...) o interrogando ouviu os gritos de sua esposa e, ao pedir aos policiais que não a maltratassem, uma vez que a mesma se encontrava grávida, obteve como resposta uma risada; (...) que ainda neste mesmo dia, teve o interrogando noticia de que sua esposa sofrera uma hemorragia, constatando-se posteriormente, que a mesma sofrera um aborto; (...)".*

Regina Maria Toscano Farah, estudante, 23 anos, ao depor, no Rio, declarou: *"(...) que molharam o seu corpo, aplicando consequentemente choques elétricos em todo o seu corpo, inclusive na vagina; que a declarante se achava operada de fissura anal, que provocou hemorragia; que se achava grávida, semelhantes sevícias lhe provocaram aborto; (...)".*

As marcas da tortura permanecem, como mostra o testemunho de Isabel Fávero, ex-militante da VAR-Palmares, presa em 5 maio de 1970, em Nova Aurora, cuja denúncia foi feita, quarenta anos antes, pelo seu marido, Luiz Fávero[11]. Ela relata com detalhes o abortamento sofrido e denunciado pelo seu marido na época: *"Eu ficava horas numa sala, entre perguntas e tortura física. Dia e noite. Eu estava grávida de dois meses, e eles estavam sabendo. No quinto dia, depois de muito choque, pau de arara, ameaça de estupro e insultos, eu abortei. Depois disso, me colocaram num quarto fechado, fiquei incomunicável".*

Outra mulher e militante política, Nádia Lucia do Nascimento, integrante do MR-8, presa em São Paulo, em 1974, grávida de seis meses, no DOI-CODI/SP, foi colocada na "cadeira de dragão" pelo torturador conhecido por Capitão Ubirajara (delegado da polícia civil de São Paulo, que integrava as equipes de torturadores do DOI-CODI/SP, cujo nome oficial é Aparecido Laerte Calandra). Depois de arrancada a roupa, ela levou choque elétrico por todo o corpo, o que fez com que abortasse. Ficou durante dias com fortes hemorragias e dores, sem sequer um atendimento médico[12].

[9] *Brasil: Nunca Mais*, Editora Vozes, 1986, Petrópolis, p.43.
[10] *Idem*, pp.48-50.
[11] *Idem*, p 50.
[12] Testemunho dado à Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

3. Maternidade, infância, clandestinidade e terror de Estado

... me espanta a capacidade que se tem de sobreviver ao horror.[13]

... à ameaça de morte, podemos responder com uma nova vida.[14]

A maternidade foi usada, das mais diversas formas, pela repressão política como meio de tortura, para enlouquecer e aniquilar militantes, o que acarretou uma sobrecarga pesada do ponto de vista emocional e físico, de forma especial, às crianças e às mulheres, que, ao serem violentamente reprimidas por sua militância de contestação à ditadura, ou por serem filhas de militantes, eram submetidas às mais vis torturas, sejam psicológicas ou físicas, por serem mães e terem seus filhos pequenos, ou simplesmente porque eram crianças, filhas de "comunistas".

As militantes na luta contra a ditadura militar, de um modo geral, pertenciam a organizações políticas clandestinas, pois era taxativamente proibido se organizar e se expressar de maneira pública sob a vigência dos governos militares. Portanto, as normas dessas organizações eram bastante rígidas devido às questões de segurança. A militância clandestina precisava de esconderijos para se encontrar, planejar atividades cotidianas. Eram casas/residências, conhecidas como "aparelhos". Para manter uma fachada legal era conveniente destacar um casal de militantes jovens para cuidar do "aparelho". Diante de um casal com essas características as suspeitas junto à vizinhança eram bem menores.

As mulheres militantes, ao decidirem pela maternidade, eram advertidas de forma sistemática sobre o que poderia lhes advir caso caíssem nas garras da repressão. Havia reações negativas em relação à escolha pela maternidade. As organizações, de um modo geral, não adotavam nos seus planos de ação o enfrentamento dos problemas do cotidiano, considerados menores e que deveriam ser postergados para quando houvesse o triunfo da *revolução*. Por outro lado, existia o compromisso, nas mais diversas circunstâncias, de proteger mulheres e crianças das garras perversas da repressão. Algumas organizações excluíam as grávidas ou mães de crianças pequenas das tarefas políticas e/ou militares, no sentido de impedir que acontecesse o pior: a mãe ter sua criança torturada e/ou sequestrada, usada como refém pelos agentes da repressão, assim como as crianças assistirem suas mães ou seus pais sendo torturadas (os). A relutância em aceitar as mães como militantes não era sem razão. A repressão política não poupou nem crianças nem mulheres grávidas. Muitas mulheres abortaram nas dependências dos DOI-CODIs de tanto apanharem e levarem choque na barriga, vagina e demais partes do corpo.

Assim como existiram mulheres que tiveram seus partos, na mais ferrenha clandestinidade, outras tiveram seus filhos na cadeia, como Hecilda, Crimeia Schmidt, Linda Tayah. Todas foram presas grávidas e, mesmo sendo muito torturadas, permaneceram grávidas e seus filhos nasceram sob a ameaça de torturas sendo que algumas dessas crianças sofreram a tortura ainda na barriga de suas mães. Nessa seara, temos o caso do Joca, João Carlos Schmidt de Almeida Grabois. Sua mãe, Criméia, foi presa com sete para oito meses de gravidez. Levou choques elétricos, foi espancada em diversas partes do corpo e sofreu socos no rosto. Quando os carcereiros pegavam as chaves para abrir a porta da cela e levá-la à sala de tortura, o seu bebê ainda na barriga começava a soluçar. Nasceu na prisão e, mesmo anos depois, quando ouvia o barulho de chaves, voltava a ter soluços.

As crianças que viviam na clandestinidade, de um modo geral, moravam nos "aparelhos" que poderiam ser invadidos, vasculhados e sequestrados os que ali se encontravam, pelos agentes dos órgãos de repressão. A perseguição policial, ora velada, ora aberta, era constante na vida da militância. O risco era permanente. As crianças, na sua maioria, precisavam ter nomes falsos. Não sabiam o verdadeiro nome de seus pais por questão de segurança. As distintas tarefas partidárias que compunham uma ação política ou armada de maior envergadura se faziam de forma compartimentada e, muitas vezes, era pouco o tempo para se preparar e tomar conhecimento do perigo iminente. As mulheres militantes participavam igualmente da concretização das tarefas políticas e militares, o que talvez tenha sido a grande novidade da época. De qualquer forma, as atividades domésticas recaíam mais sobre as mulheres. O comando era sempre dos homens, mesmo que as mulheres tivessem desempenho igual ao dos homens. Eram eles que estavam nas direções das organizações, com raríssimas exceções, mas as mulheres agiram com coragem e criatividade.

Dessa vez as mulheres não precisavam vestir-se de homem para ir à guerra como fez Maria Quitéria em outros tempos. Embora muitos comandantes esperassem que as mulheres se comportassem como homens. Segundo a ex-guerrilheira Crimeia, muitas mulheres que optaram pela luta política aprenderam a afirmar a diferença e buscar novas formas de fazer política. Afinal, dessa vez as mulheres foram à luta por conta própria, por sua própria decisão e ali entraram para valer. Suzana Lisboa, militante da ALN na década de 1970, considera que "(...) era vantajosa, do ponto de vista do desempenho da organização, a integração de mulheres na luta armada (...)".

Ela afirma que numa sociedade machista em que a mulher não era reconhecida e considerada, uma guerrilheira teria mais facilidade de sair de uma ação militar e se confundir na multidão. As mulheres tinham mais facilidades de obter documentos falsos. Não precisavam de atestado de reservista. E com isso tornava-se mais fácil conseguir um emprego e manter uma fachada legal. Muitas chegaram a ser citadas pelos agentes da repressão, que eram pegos de surpresa ao se defrontarem com mulheres dispostas a enfrentar o inimigo com tanta ousadia e destreza. Eles se assustavam com o fato de que essas mulheres rompiam, sistematicamente, com os papéis sociais que lhes eram e ainda são impostos de submissão, dependência, falta de decisão e coragem.

A vida política realizada às escondidas da ditadura e da repressão política aproximava os militantes e era comum entre eles uma conversa sobre assuntos mais íntimos. A clandestinidade e a perseguição constante os tornavam mais afetivos e mais próximos. A igualdade entre os sexos era, como ainda é hoje, uma proposta a ser alcançada. Cada minuto vivido era intenso, porque o perigo e a morte rondavam por perto.

---

13 Susel Oliveira da Rosa, *Mulheres: Ditaduras e Memórias*, Editora Intermeios, São Paulo, 2013, Carta de Danda Prado, p.180. (Coleção Entregêneros).
14 Fala de Crimeia Alice Schmidt de Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia, publicada no livro já citado: *Breve História do Feminismo no Brasil*, p.72.

4. Mudanças profundas na vida das mulheres sob a égide do autoritarismo

... A inserção do feminismo no movimento pela recuperação da democracia passava por uma critica ao autoritarismo não apenas como o sistema político-militar que governava a maioria dos países latino-americanos, mas ampliava essa crítica identificando o autoritarismo como sistema de relações de disciplinamento e de dominação que aprofundava a situação de subordinação e opressão das mulheres no continente...

Lilian Letelier [15]

Entretanto, surgiam fatores que aceleravam mudanças de hábitos e costumes na sociedade brasileira. O capitalismo se desenvolvia rapidamente com o aumento excessivo da exploração da mão de obra, o achatamento salarial, o incentivo e os subsídios estatais para a instalação de multinacionais. A partir da expulsão da população do campo, há uma transferência abrupta de um grande contingente da população da área rural para as áreas urbanas em busca de trabalho e sobrevivência. As mulheres, em geral, passaram a ter novas atribuições, seja na chefia da família ou na competição para o mercado de trabalho, fazendo crescer a participação da mão de obra feminina. Elas passaram a ter mais possibilidades de controlar o número de filhos que queriam ter. A pílula anticoncepcional, descoberta em 1960, começou a ser popularizada. As mulheres começaram a exercer o direito ao prazer sexual sem necessariamente ficarem grávidas. As mulheres, então, travaram um movimento de ruptura do tabu da virgindade. Passaram a exercer uma maior liberdade sexual subvertendo a ordem dada pelo acirramento da repressão política e moral. Desse modo, a maternidade começa a ser exercida como um direito de escolha. A média de filhos por mulher era em torno de seis em 1960 e caiu para cerca de dois, no final do século 20. Assim, as mulheres lograram por se tornar mais independentes, a assumir mais atividades nos espaços públicos, seja nas escolas ou no mercado de trabalho. Aproximavam-se, mesmo sem ter consciência plena, das incipientes ideias feministas.

Nos anos de 1970, no mundo ocidental, vivia-se o auge da segunda onda feminista, na qual as mulheres conduziram bandeiras que reivindicavam o direito de decidir sobre o próprio corpo, que as questões do plano pessoal deveriam ser tratadas também no campo político. Tratavam de temas como corpo, sexualidade, prazer sexual, aborto e a maternidade. Queriam desfazer a ideia de que tinham um único destino selado, o de serem mães.

Tais ideias circulavam junto às militantes, ainda que com mais dificuldade, devido à falta de liberdade e a perseguição constante que as impediam, muitas vezes, de discutir questões do cotidiano. Acreditava-se que somente após a revolução socialista haveria oportunidade para cuidar de assuntos do campo pessoal, cultural. Portanto, a questão das mulheres ficaria para depois. Paradoxalmente, as mulheres que decidiram pela militância de oposição à ditadura, eram, de um modo geral, pessoas que tinham maior independência e autonomia. Tiveram que enfrentar muitas barreiras de ordem pessoal, familiar, profissional, para assumir a posição política de enfrentamento ao autoritarismo. Assumiram o papel histórico de protagonistas de ações libertárias, tornando-se sujeitos políticos, atuantes na construção de uma sociedade justa e democrática. A maioria delas exerceu de forma destemida o direito de escolha nos mais diversos campos da vida inclusive em relação a ser ou não mães. Mas insistiram em tratar as questões pessoais no plano político das organizações. Foram, ainda que nem todas estivessem conscientes disso, as pioneiras do feminismo dos anos de 1970 no Brasil e região.

As militantes tiveram que romper com os estereótipos femininos e se empenharam em ações que eram restritas a homens, como o manejo de armas, a elaboração de estratégias de resistência para driblar o inimigo, entre outras. Não se deixaram intimidar, de ter desejos e manifestá-los, não recusaram tarefas por causa da menstruação, de um abortamento, da gravidez ou aleitamento. E aquelas que caíram nas garras do inimigo, grávidas ou não, de um modo geral, enfrentaram seus algozes de maneira firme e altiva. As mulheres mães, por sua vez, enfrentaram a dupla ou talvez tripla opressão (enquanto pertencentes ao sexo feminino, como parte do povo em luta e como mães) sem deixarem de ser "sujeitos políticos", conscientes de suas ações e seus significados.

O corpo, a sexualidade e a maternidade ocupam lugares centrais no processo histórico de discriminação contra as mulheres. A subordinação e opressão das mulheres se dá, em grande medida, pelo controle do corpo feminino. A expressão maior deste controle é a violência contra as mulheres – prática tão antiga e naturalizada que, naqueles anos de ditadura, prevalecia o ditado popular: "Em briga de marido e mulher não se mete a colher", "embora fossem" violentadas/espancadas e assassinadas as mulheres. Assim como também se entendia que os homens tinham uma necessidade irrefreável e incontrolável de sexo. Daí a justificativa da prática da violência sexual contra as mulheres. A culpa de serem estupradas recaía sobre as próprias mulheres vítimas. Daí a dificuldade de se denunciar os estupros. A desigualdade entre os sexos tem sido estruturalmente estabelecida ainda nos dias de hoje. O que dizer de quase meio século atrás? Quando nem mesmo havia sido conquistada a igualdade jurídica e formal. No Código Civil daquela época, o homem podia pedir a anulação do casamento se a mulher não fosse virgem e não tivesse avisado a ele com a devida antecedência e precaução. O pai podia deserdar a filha "desonesta". A honestidade das mulheres significava uma sexualidade reprimida. Tanta tirania atingia as mulheres como um todo, reforçava e justificava as ações repressivas nos espaços públicos como privados.

Some-se a isso o fato de que havia uma campanha de controle da natalidade incentivada pelos Estados Unidos – baseada na ideologia imperialista – contra o nascimento de filhos de pobres no Brasil e em diversos países, denominados à época como países do Terceiro Mundo[17].

O estado ditatorial patrocinava iniciativas de controle da natalidade promovidas pela Bemfam – Sociedade Civil de Bem Estar Familiar –, criada

[15] *In* Maria Betânia Ávila (org.), *Textos e Imagens do Feminismo: Mulheres Construindo a Igualdade*, SOS-Corpo, Recife, 2001, p.198. *Revista Brasileiros*, nº.68, março de 2013.

[16] Hoje creche é um direito constitucional da criança pequena à educação. Mas há mais de dez milhões de crianças brasileiras que vivem no Brasil, sem poder usufruir deste direito por falta da construção de creches. (N. da A.)

[17] Países do Terceiro Mundo eram os países pobres ou subdesenvolvidos. Segundo a teoria terceiro mundista, o mundo era dividido em países capitalistas (Primeiro Mundo), socialistas (Segundo Mundo) e os demais eram do Terceiro Mundo. (N. da A.)

durante a ditadura militar, em 1965, e reconhecida como órgão de utilidade pública. O governo militar assumiu um caráter ambíguo: mantinha uma postura oficial de não intervencionismo na vida das pessoas quanto à decisão de ter ou não ter filhos. Mas na prática abria caminhos, com subsídios e facilidades substanciais para ações antinatalistas, com acordos entre as secretarias de saúde e a Bemfam nos diversos estados brasileiros, priorizando os mais pobres, impondo, de forma criminosa e irresponsável, a esterilização em massa. Por outro lado, os serviços públicos de saúde não ofereciam sequer informação e muito menos orientação quanto ao uso dos meios contraceptivos. Essa postura contribuiu enormemente para a expansão das esterilizações femininas e de doenças gravíssimas de hipertensão. Os índices apresentados naquela época já eram altíssimos: em Pernambuco, 18,9% das mulheres de 15 a 44 anos se encontravam esterilizadas (trompas ligadas) enquanto 12,5% usavam pílulas; em Manaus, 33% das mulheres estavam com as trompas ligadas; 17% no Piauí; e 15% das paulistas. Estavam excluídas desses cálculos as mulheres esterilizadas por outros motivos, como abortos mal feitos ou pelo uso inadequado de pílulas ou do DIU (*Folha de São Paulo*, edição de 17 jul. 1983). A ação da Bemfam e de outras entidades congêneres, com o suporte do Estado brasileiro, reduziu drasticamente os índices de fertilidade no Brasil, inclusive em áreas com baixa densidade demográfica como na Amazônia.

Nesse contexto, as militantes políticas que decidiram ser mães, o fizeram em condições desafiadoras tanto por lutarem contra a ditadura militar como ainda pela ousadia de se engravidarem. Tomaram o caminho da descoberta do corpo, se apropriaram dele, de sua sexualidade e das próprias decisões tanto em relação à reprodução como ao exercício da sexualidade e da atividade política. Assim também como aquelas que decidiram o aborto e o realizaram em condições de clandestinidade: sem lei e sem recursos materiais. Foram mulheres que ousaram exercer o direito de escolha até as últimas consequências.

5. Mas afinal, o que é gênero?

Não se nasce mulher, torna-se.

Simone de Beauvoir, *em 1949*

Hoje, com o avanço das ciências sociais e da ciência, em geral, pode-se contar com recursos teóricos e políticos valiosos para enfrentar a discriminação histórica contra as mulheres. A categoria gênero, entendida aqui como instrumento de análise da construção social e das relações entre os sexos, ao ser usada para dimensionar as causas estruturais e sociais das desigualdades entre mulheres e homens, desconstrói como naturais e/ou próprias da natureza humana, a subjugação, discriminação e opressão das mulheres. É necessário que no uso da categoria gênero deva ser incorporado o conceito de divisão sexual do trabalho, pois esta se encontra no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres. Observa-se que a divisão sexual do trabalho é uma realidade em todas as sociedades humanas e é a base da desigualdade social entre os sexos. Os homens têm ocupado por um longo período histórico os espaços públicos, vinculados à produção e adquirindo o poder econômico e político enquanto as mulheres ficaram por muito tempo restritas aos espaços privados, incumbidas de realizar as tarefas domésticas e de cuidados. As mulheres, ao saírem para ocupar o seu lugar no mercado de trabalho e buscar formação profissional e política tiveram que arcar com o ônus de exercer, ao mesmo tempo, as atividades do mundo privado e do público, o que lhes têm ocasionado uma enorme sobrecarga de trabalho e de responsabilidade. Ocorre a chamada dupla jornada de trabalho (o trabalho na produção e na reprodução), o que traz dificuldades para sua participação na sociedade. Assim podemos perceber que a divisão sexual do trabalho impõe uma divisão dos papéis sociais masculinos e femininos, que são construídos culturalmente e que determinam uma maior valorização dos homens em detrimento das mulheres. As mulheres têm sido, assim, impedidas de exercerem o poder de decisão. Por exemplo, tanto a mulher quanto o homem podem dar banho no bebê ou trocar sua fralda. Não se trata de um problema físico ou hormonal. Se as mulheres têm sido mais eficientes nesse trabalho é porque se capacitaram para isso por muito mais tempo. Com isso queremos mostrar que as desigualdades entre homens e mulheres não são naturais. Foram historicamente construídas. A categoria gênero vem justamente mostrar que as desigualdades podem ser desnaturalizadas e desconstruídas. Empregar a categoria gênero na análise da realidade aprofunda o conhecimento e leva a rejeitar o determinismo biológico. Não são os aspectos biológicos e sexuais que criam as desigualdades sociais, econômicas e políticas. As desigualdades são fruto da arbitrariedade e das injustiças sociais, o que cria condições de inferioridade para alguns segmentos e classes sociais. Enquanto as diferenças são biológicas e devem ser respeitadas, as desigualdades devem ser erradicadas.

O conceito de gênero, articulado às demais categorias, clássicas ou não, como raça, etnia, geração, orientação sexual, classes sociais, aprofunda a compreensão da realidade e desconstrói a ideia de que o homem é o paradigma da humanidade. Inscrevem-se, portanto, nos paradigmas da humanidade, mulheres e homens porque ambos são humanos. Desse modo são constituídos novos atores e novos sujeitos políticos, revelam-se métodos transformadores que devem nos levar a mudanças profundas e compatíveis com a diversidade e as necessidades humanas. A submissão das mulheres ao poder dos homens, vista até então como processos naturalizados, passa a ser questionada e ressignificada.

Hoje, graças às lutas feministas de mulheres, há nos diversos níveis do Estado brasileiro (federal, estadual e municipal) ações e políticas públicas para efetiva equidade de gênero e igualdade de direitos. Na ditadura, a situação era o oposto.

6. A construção da verdade sob a perspectiva de gênero

Os danos e violações de direitos humanos cometidos contra as mulheres pela ditadura militar devem ser dimensionados sob a ótica de gênero, para que se alcance com profundidade a verdade dos fatos, registrando-se que as militantes políticas, ou não, se recusaram a reproduzir o papel social de submissão e de dependência dos homens, contribuindo de maneira fundamental para a construção de uma democracia de fato, e isso num período em que tudo o que faltava era democracia. Desse modo, nossa frágil democracia não se consolidará, dentre outras coisas, sem que se faça justiça às mulheres e às crianças que lutaram e/ou foram atingidas pela ditadura.

Nessa seara, constatamos que na atividade política clandestina, houve também avanços nas relações de gênero. Existiram ocasiões em que se quebrou a lógica até então aceita como natural, dito noutras palavras, ao homem o espaço público e à mulher o espaço privado. Muitas vezes, os homens foram obrigados a ficarem escondidos em aparelhos, devido à intensa perseguição enquanto as mulheres, devido a levantarem menos suspeição, foram às ruas no preparo e no desencadeamento de ações políticas e militares. Por consequência disso, existiram homens que aprenderam a lavar suas roupas, a fazer sua própria comida, tomando à frente das atividades domésticas. Mas foram exceção, infelizmente: "A participação feminina nas organizações militantes pode vir a ser tomada como um indicador das rupturas iniciais que estavam ocorrendo nos papéis tradicionais de gênero[18]".

De inicio a ditadura, ao considerar que o inimigo se encontrava no seio do povo e ao estabelecer que qualquer pessoa estava sob suspeição, teve, como alvo principal, os homens guerrilheiros. Com o desenvolvimento da luta contra a ditadura, a participação das mulheres tornou-se mais incômoda para a repressão que usou de métodos os mais perversos, reforçando o moralismo e preconceito machistas para desmoralizar a participação das mulheres. Na tortura, as militantes eram tratadas pelos policiais, de um modo geral, como putas, amantes, amasiadas e justificavam assim os estupros nas dependências dos DOI-CODIs. Mesmo assim, não recuaram nem deixaram de defender as liberdades sejam de ordem pessoal ou de ordem política.

As desigualdades históricas entre homens e mulheres foram reelaboradas e aprofundadas pela ditadura, que não admitia, em nenhuma hipótese, que mulheres desenvolvessem ações não condizentes com os estereótipos femininos de submissão, dependência e falta de iniciativa. As mulheres, militantes políticas da época, subverteram a ordem patriarcal tão solidamente acomodada na ideologia ditatorial. Ao ingressarem para as lutas da oposição política, das mais diversas maneiras, as mulheres pegaram em armas ou apoiaram ações políticas de protesto, sejam armadas ou não, mantiveram a segurança de "aparelhos" que escondiam a militância e o material de luta, participaram da imprensa clandestina, escreveram, fizeram funcionar as gráficas e distribuíram as publicações produzidas de forma artesanal e em condições muito precárias. Cuidaram da saúde e da segurança de militantes e familiares. Tiveram suas crianças na clandestinidade, nas prisões. Viram suas crianças expostas às sessões de tortura, ameaçadas ou mesmo torturadas. Sofreram abortos dolorosos devido aos espancamentos e chutes dos torturadores. Foram impedidas de amamentar seus bebês nos cárceres, menstruaram de forma excessiva ou escassa conforme as sessões de torturas. Foram estupradas e sofreram violência sexual. Tiveram seus corpos nus expostos para os torturadores espancá-los, queimá-los com pontas de cigarro ou com choques elétricos, enfiarem fios elétricos em suas vaginas e ânus, arrebentarem seus mamilos e cometerem estupros.

Houve militantes assassinadas cujos cadáveres, em muitos casos, encontram-se *desaparecidos* até os dias atuais. Muitas dessas mulheres foram levadas à morte, por meio de um assassinato friamente calculado, com atos de estupro, mutilação inclusive genital. Outras foram assassinadas com o uso da *coroa de cristo*, como era chamado um método de tortura, que, por meio do emprego de uma cinta de aço, apertava-se o crânio até esmagá-lo.

Outras foram mortas em acidentes estrategicamente planejados, como foi o caso de Zuzu Angel que denunciou insistentemente o desaparecimento do seu filho. Outras enlouqueceram com tamanha dor e perseguição policial.

Houve muitas e muitas que lutaram no anonimato e que a história terá de trazer à tona a participação para que se alcance a verdade. Junto a elas, muitas crianças também sofreram e não tiveram suas histórias inscritas na história política do país, não tiveram o reconhecimento nem reparação. Gostaríamos que sua dor e sua tenacidade para resistir se espalhassem na cultura e nas ações do povo de modo a não mais autorizarem que tais fatos se repitam.

Ao buscar a verdade, a Comissão deve analisar os fatos e suas circunstâncias, numa perspectiva de *gênero*, ou seja, considerando que as desigualdades entre os sexos levaram a consequências e sequelas distintas entre mulheres e homens, em decorrência das brutalidades cometidas pela ditadura militar. As mulheres e as crianças serão não apenas lembradas como reconhecidas como pessoas com direitos inalienáveis à dignidade, às manifestações afetivas, à liberdade e à justiça.

[18] Ingrid Gianordoli-Nascimento, Zeidi Araujo Trindade e Maria de Fátima de Souza Santos, *Mulheres e Militância*, Editora UGMG, Belo Horizonte, 2012, p.44.

Depoimentos

44 testemunhos colhidos pela
Comissão da Verdade do Estado de São Paulo
"Rubens Paiva", no mês de maio de 2013,
durante o "Seminário Verdade
e Infância Roubada"